

## ANEXO A – BIBLIOGRAFIA

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova o Código do Trabalho;
- Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que aprova a Lei Orgânica da Marinha;
- Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho, na sua redação atual, que aprova a orgânica da Marinha, estabelece a organização e competências das estruturas principais, e fixa as competências dos respetivos comandantes, diretores ou chefes;
- Constituição da República Portuguesa;
- Decisão 2014/955/UE, de 18 de dezembro (Altera a Decisão 2000/532/CE relativa à lista de resíduos em conformidade com a Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho);
- Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, na atual redação (Estabelece os requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e regula o Sistema de Certificação Energética de Edifícios);
- Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na atual redação (Aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos);
- Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho na atual redação (Tratamento de águas residuais urbanas e lista de identificação das zonas sensíveis e das zonas menos sensíveis para o território continental);
- Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro (Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente);
- Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na atual redação (Unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor);
- Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto (Regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano);
- Decreto-Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto (Aprova o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais);

- Despacho n.º 12427/2023, de 5 de dezembro de 2023 (Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas);
- Lei n.º 19/2014 de 14 de abril (Lei de Bases da Política do Ambiente);
- Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro, na atual redação (Aprova a Lei da Água);
- Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro (define as bases da Política do Clima);
- Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril (Define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER));
- Portaria n.º 762/2002, de 01 de julho (Regulamento de Segurança, higiene e saúde no trabalho na exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020 (Aprova o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030);